

**REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE AS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS
DO MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA NO MANDATO 2017/2021**

Preâmbulo

As autarquias locais desempenham um papel de reconhecida relevância no que respeita à prossecução de políticas de proximidade junto das populações, resolvendo, em tempo útil, problemas que reclamam respostas rápidas e eficazes.

Ao nível local, os municípios e as freguesias assumem-se como os grandes intervenientes do desenvolvimento, sendo, para o efeito, importante a promoção de medidas de articulação de esforços entre as autarquias. Aqui importa referir que a especial relação de proximidade das freguesias com as populações lhes confere uma posição privilegiada nessa missão.

No entanto, as freguesias, especialmente as de pequena dimensão, como acontece no município de Albergaria-a-Velha, dispõem de meios bastante escassos, que dificultam o desenvolvimento das suas atividades imprescindíveis ao cumprimento de tal incumbência legal.

Importa pois apoiar as freguesias do município na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações, definindo critérios que se pretendem transparentes e equitativos, atentos à caracterização geográfica e demográfica, permitindo-lhes, de forma célere, o desenvolvimento das suas atribuições e competências, nas quais se incluem problemas de urgente resolução.

Determina a alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às Freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, em áreas não abrangidas pelo Acordo de Execução previsto no n.º 1 do artigo 133.º, do Anexo I, do citado diploma legal, que abrange as competências legalmente delegadas pela Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, nos termos do n.º 1 do artigo 132.º, do mesmo Anexo.

Assim, o Município de Albergaria-a-Velha, procurando melhorar a eficácia e eficiência das atividades decorrentes das atribuições e competências das Freguesias do Município, promoveu, a exemplo do Mandato anterior, a elaboração do presente Regulamento Municipal sobre as formas de apoio às Freguesias do Município de Albergaria-a-Velha, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º e alíneas k), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ouvidas que foram previamente as freguesias do Município.

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento tem por objeto estabelecer as condições e formas de apoio facultadas pelo Município às freguesias que fazem parte do seu território, no quadro da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente ao nível de atividades de proximidade e

do apoio direto às comunidades locais e sempre na prossecução e desenvolvimento de uma prestação de um serviço público mais eficiente e mais eficaz.

Artigo 2º

Tipos de apoios

Os apoios a conceder às Juntas de Freguesia, ao abrigo do presente regulamento, abrangem:

- a) Aquisição de materiais de construção;
- b) Aquisição de máquinas agrícolas, florestais e veículos agrícolas, ou outros veículos a motor, associados às competências da freguesia;
- c) Aluguer de máquinas agrícolas, florestais e veículos agrícolas, ou outros veículos a motor, associados às competências da freguesia;
- d) Cedência de veículos agrícolas, ou outros veículos a motor, associados às competências da freguesia;
- e) Aquisição de serviços no âmbito da Proteção Civil;
- f) Utilização pontual de espaços e equipamentos municipais, incluindo a logística associada e com isenção de taxas;
- g) Isenção de taxas nos procedimentos relacionados com as atividades da freguesia, desde que enquadrados nas suas competências;
- h) Apoio técnico na elaboração de projetos para obras da competência da freguesia;
- i) Prestação de serviços para iluminação de Natal.

Artigo 3º

Materiais de construção

A Câmara Municipal apoiará as Juntas de Freguesia na aquisição de materiais de construção, para execução de atividades de conservação e manutenção diversas, a desenvolver no âmbito das suas exclusivas competências, até ao valor global anual de € 65.000,00, a ser distribuído, trimestralmente, por critérios relacionados com a caracterização geográfica e demográfica de cada Freguesia, de acordo com o artigo 15º e cumpridas as formalidades do artigo 12º.

Artigo 4º

Aquisição de máquinas agrícolas, florestais e veículos agrícolas ou outros veículos a motor

1. A Câmara Municipal apoiará também as Juntas de Freguesia na aquisição de máquinas agrícolas, florestais e veículos agrícolas ou outros veículos a motor, novos, associados às competências da autarquia, para realização de atividades de conservação e manutenção, a desenvolver no âmbito das suas exclusivas competências, com uma comparticipação, por mandato, de 60% do custo total, até ao limite máximo de € 30.000,00 por freguesia.
2. Para candidatura ao apoio referido no ponto anterior, a Junta de Freguesia apresentará o pedido, devidamente fundamentado e acompanhado de, pelo menos, dois orçamentos no caso das máquinas agrícolas e florestais e de três orçamentos, no caso dos veículos agrícolas ou outros veículos a motor.

3. Após análise da candidatura e reunidos os requisitos legais para o efeito, será a Junta de Freguesia informada do resultado da sua apreciação, no prazo máximo de 30 dias úteis.
4. Aprovada a candidatura, o apoio será pago, mediante a exibição de documento comprovativo da despesa, no prazo máximo de 30 dias úteis.

Artigo 5º

Aluguer de máquinas agrícolas, florestais e veículos agrícolas ou outros veículos a motor

As Juntas de Freguesia serão também apoiadas nas despesas com o aluguer de máquinas agrícolas, florestais e veículos agrícolas ou outros veículos a motor, associados às competências da autarquia, preferencialmente motoniveladoras, para realização de atividades de conservação, manutenção e outras, a desenvolver no âmbito das suas competências, até ao valor global anual de € 75.000,00, a serem distribuídos por critérios relacionados com a caracterização geográfica e demográfica de cada Freguesia, conforme consta do artigo 15º.

Artigo 6º

Cedência de veículos agrícolas ou outros veículos a motor

- 1.A Câmara Municipal, a pedido expresso das Juntas de Freguesia e após prévia informação favorável dos serviços municipais, poderá ceder, com caráter pontual e gratuito, e destinadas a desenvolver atividades no âmbito das suas exclusivas competências, a utilização de veículos agrícolas ou outros veículos a motor, até ao limite de 1.500 horas por ano, distribuídas, no mínimo, por dois equipamentos, e no máximo de 750 horas por equipamento, a serem operadas por trabalhadores municipais, desde que, nas datas pretendidas, os mesmos estejam disponíveis, devendo ser lavrado relatório por cada cedência pelo responsável do Parque de Viaturas Municipais, onde conste a conformidade do veículos no ato da cedência e no ato da devolução, bem como a percentagem e quantidade já alcançada pela Junta de Freguesia requerente e a percentagem e quantidade que resultará com o deferimento do pedido.
- 2.O pedido deverá ser efetuado com a antecedência mínima de 20 dias úteis, devendo ser especificado o trabalho a que se destina e as datas preferenciais.

Artigo 7º

Aquisição de serviços no âmbito da Proteção Civil

A Câmara Municipal concederá ainda apoio às Juntas de Freguesia na aquisição de serviços para execução de trabalhos, de caráter urgente e devidamente justificados, no âmbito da Proteção Civil, até ao valor global anual de € 15.000,00, a ser distribuído por critérios relacionados com a caracterização geográfica e demográfica de cada Freguesia, de acordo com o artigo 15º, prestando ainda apoio técnico e de acompanhamento na execução de tarefas, as quais serão coordenadas pelo Presidente da Câmara Municipal ou seu legal substituto.

Artigo 8º

Utilização de espaços e equipamentos municipais

As Juntas de Freguesia serão ainda apoiadas através da possibilidade de utilização graciosa de espaços, equipamentos municipais e respetiva logística para realização de eventos, mediante

solicitação, salvaguardados os pedidos anteriores e programações já assumidas, bem como as especificidades de funcionamento de cada equipamento/espço, desde que os referidos eventos se encontrem inseridos nas atribuições e competências da autarquia.

Artigo 9º

Isenção de taxas

As Juntas de Freguesia serão também apoiadas através da possibilidade de isenção do pagamento de taxas devidas por procedimentos relacionados com atividades promovidas pelas autarquias, desde que as mesmas se encontrem inseridas nas suas atribuições e competências.

Artigo 10º

Apoio técnico

A Câmara Municipal disponibilizará apoio técnico às Juntas de Freguesia na elaboração de projetos relativos a obras da competência daquelas autarquias, a serem executados pelos serviços técnicos municipais e de acordo com as respetivas áreas de formação disponíveis.

Artigo 11º

Iluminação de Natal

As Juntas de Freguesia serão ainda apoiadas pela Câmara Municipal na aquisição de serviços para instalação da iluminação de Natal nas vias e espaços públicos da área da freguesia, até ao montante anual de € 3.000,00 cada, ficando a autarquia apoiada responsável por todos os procedimentos relacionados com a contratação, instalação, segurança e garantia da livre circulação de pessoas e bens, bem como com as necessárias ligações elétricas e ainda com a reposição das condições nos espaços objeto da instalação, designadamente vias, espaços verdes, suportes, os quais não poderão ser danificados.

Artigo 12º

Controlo dos limites fixados

1. As Juntas de Freguesia apresentarão, trimestralmente, relatório detalhado dos trabalhos realizados e a afetação dos apoios pretendidos, devidamente fundamentados em matéria do interesse público, nos termos do ponto 3 do presente artigo, acompanhado com cópia dos documentos comprovativos da despesa, os quais, depois de declarados conforme pelos serviços do Parque de Viaturas, pelos Serviços Financeiros ou outros que se entendam necessários, consoante os casos, serão pagos no prazo de 30 dias úteis.
2. No mesmo relatório deverá ser justificada a utilização das máquinas/viaturas cedidas.
3. O relatório deverá referir, em concreto, o fim a que os apoios se destinaram, a indicação dos objetivos, com caracterização das ações desenvolvidas, as quantidades de material, os apoios recebidos de outras entidades para o mesmo fim, orçamento, meios de divulgação do apoio a conceder/concedido pela Câmara Municipal, destinatários e outros elementos que sejam considerados relevantes.
4. Pode o Presidente da Câmara Municipal solicitar à Junta de Freguesia qualquer esclarecimento adicional e necessário à verificação da afetação das verbas ou veículos/equipamentos municipais,

podendo, caso não se comprove, não autorizar o pagamento parcial ou total dos montantes requeridos pela Junta de Freguesia.

5. Para efeitos do disposto no ponto anterior, a Junta de Freguesia disporá do prazo de cinco dias úteis para prestar a informação que lhe for solicitada, sob pena de, não o fazendo, não lhe serem liquidados os montantes requeridos.

6. O prazo referido no ponto 1 do presente artigo é dilatado em dez dias úteis, caso se verifique a necessidade de esclarecimentos adicionais, conforme referem os pontos 4 e 5.

Artigo 13º

Dever de comunicação

O Presidente da Câmara Municipal informará trimestralmente a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal dos apoios concedidos às Freguesias ao abrigo do presente Regulamento.

Artigo 14º

Caraterização geográfica e demográfica das freguesias

1. Para efeitos de caraterização geográfica e demográfica das freguesias, são considerados os resultados dos CENSOS 2011, nos quais o município de Albergaria-a-Velha apresenta um território com a área de 156,03 km² e 25.252 habitantes.

2. As freguesias do município apresentam a seguinte caraterização geográfica e demográfica:

Freguesia	Área (Km²)	%	População	%	Média
Albergaria-a-Velha e Valmaior	44,62	28,60%	10568	41,85%	35,22%
Alquerubim	15,44	9,90%	2381	9,43%	9,66%
Angeja	21,08	13,51%	2073	8,21%	10,86%
Branca	30,22	19,37%	5621	22,26%	20,81%
Ribeira de Fráguas	25,77	16,52%	1713	6,78%	11,65%
São João de Loure e Frossos	18,9	12,11%	2896	11,47%	11,79%

Artigo 15º

CrITÉRIOS e distribuição dos apoios, por freguesia

1. A cada Freguesia, após prévia informação favorável dos serviços municipais e validação pelo Presidente da Câmara Municipal, podem ser atribuídos apoios até às percentagens fixadas e dentro do montante anual definido, nos seguintes termos:

1.1.Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior – 35,22%:

1.1.1.Aquisição de materiais de construção – até ao limite de € 22.895,35;

1.1.2.Aluguer de veículos agrícolas ou outros veículos a motor – até ao limite de € 26.417,71;

1.1.3.Cedência de veículos agrícolas ou outros veículos a motor – até ao limite de 528,35 horas/ano (a dividir, no mínimo, por duas);

1.1.4.Aquisição de serviços no âmbito da Proteção Civil – até ao limite de € 5.283,54;

1.2.Freguesia de Alquerubim – 9,66%:

1.2.1.Aquisição de materiais de construção – até ao limite de € 6.280,46;

1.2.2.Aluguer de veículos agrícolas ou outros veículos a motor – até ao limite de € 7.246,68;

- 1.2.3.Cedência de veículos agrícolas ou outros veículos a motor - até ao limite de 144,93 horas/ano (a dividir, no mínimo, por duas);
- 1.2.4.Aquisição de serviços no âmbito da Proteção Civil – até ao limite de € 1.449,34;
- 1.3.Freguesia de Angeja – 10,86%:
- 1.3.1.Aquisição de materiais de construção – até ao limite de € 7.058,83;
- 1.3.2.Aluguer de veículos agrícolas ou outros veículos a motor – até ao limite de € 8.144,80;
- 1.3.3.Cedência de veículos agrícolas ou outros veículos a motor - até ao limite de 162,90 horas/ano (a dividir, no mínimo, por duas);
- 1.3.4.Aquisição de serviços no âmbito da Proteção Civil – até ao limite de € 1.628,96;
- 1.4.Freguesia da Branca – 20,81%:
- 1.4.1.Aquisição de materiais de construção – até ao limite máximo de € 13.529,00;
- 1.4.2.Aluguer de veículos agrícolas ou outros veículos a motor – até ao limite máximo de € 15.610,39;
- 1.4.3.Cedência de veículos agrícolas ou outros veículos a motor - até ao limite de 312,21 horas/ano (a dividir, no mínimo, por duas);
- 1.4.4.Aquisição de serviços no âmbito da Proteção Civil – até ao limite máximo de € 3.122,08;
- 1.5.Freguesia da Ribeira de Fráguas – 11,65%:
- 1.5.1.Aquisição de materiais de construção – até ao limite máximo de € 7.572,40;
- 1.5.2.Aluguer de veículos agrícolas ou outros veículos a motor – até ao limite máximo de € 8.737,38;
- 1.5.3.Cedência de veículos agrícolas ou outros veículos a motor - até ao limite de 174,75 horas/ano (a dividir, no mínimo, por duas);
- 1.5.4.Aquisição de serviços no âmbito da Proteção Civil – até ao limite máximo de € 1.747,48;
- 1.6.Freguesia de São João de Loure e Frossos – 11,79%:
- 1.6.1.Aquisição de materiais de construção – até ao limite máximo de € 7.663,97;
- 1.6.2.Aluguer de veículos agrícolas ou outros veículos a motor – até ao limite máximo de € 8.843,05;
- 1.6.3.Cedência de veículos agrícolas ou outros veículos a motor - até ao limite de 176,86 horas/ano (a dividir, no mínimo, por duas);
- 1.6.4.Aquisição de serviços no âmbito da Proteção Civil – até ao limite máximo de € 1.768,61.
2. O apoio referido no artigo 4º respeita ao período de vigência do Mandato.

Artigo 16º

Utilização para fins diferentes dos indicados

Quando se verificar que os apoios atribuídos foram utilizados para fins diversos dos indicados no pedido, a Junta de Freguesia, no ano em causa e no ano seguinte, não poderá beneficiar de qualquer apoio no âmbito do presente regulamento, podendo ainda o incumprimento implicar a devolução do apoio concedido ou o correspondente apoio financeiro, competindo à Câmara Municipal a decisão sobre a matéria.

Artigo 17º

Publicitação dos apoios concedidos

1. Para além de outras contrapartidas que venham a ser estabelecidas entre as partes, as Freguesias apoiadas ao abrigo deste regulamento comprometem-se a publicitar o apoio da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, nos seguintes termos:

- a) Aquisição de materiais de construção – colocação de placa no local de intervenção com a menção “Com o apoio da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha”, acompanhado com o logótipo do município;
- b) Aquisição de veículos agrícolas, ou outros veículos a motor, associados às competências da freguesia – inclusão da inscrição, no exterior do veículo e em local visível “Com o apoio da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha”, acompanhado com o logótipo do município;
- c) Aluguer de veículos agrícolas, ou outros veículos a motor, associados às competências da freguesia - colocação de placa no local de intervenção com a menção “Com o apoio da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha”, acompanhado com o logótipo do município;
- d) Cedência de veículos agrícolas, ou outros veículos a motor, associados às competências da freguesia - colocação de placa no local de intervenção com a menção “Com o apoio da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha”, acompanhado com o logótipo do município;

2. A Câmara Municipal publicitará os apoios concedidos a cada uma das Freguesias, nos termos legais.

Artigo 18º

Competências

- 1. A aplicação das regras constantes no presente regulamento é da competência do Presidente da Câmara Municipal, com exceção das referidas nos artigos 8.º, 9.º, 16º e 21º, que competem à Câmara Municipal.
- 2. As competências cometidas ao Presidente da Câmara Municipal podem ser delegadas nos Vereadores.

Artigo 19º

Fracionamento dos apoios

- 1. Os apoios concedidos ao abrigo do presente regulamento que respeitem a frações anuais serão calculados em duodécimos.
- 2. O primeiro ano de vigência do presente regulamento terá três trimestres e, no ano do seu termo, deverá estar encerrado até ao final do Mandato da Freguesia.

Artigo 20º

Requisitos

A concessão dos apoios fica condicionada à regularidade formal, tributária e contributiva das freguesias relativamente ao Estado, à Segurança Social e ao Município de Albergaria-a-Velha.

Artigo 21º

Integração de lacunas

A integração das lacunas do presente regulamento será resolvida pela Câmara Municipal, de acordo com as normas constantes do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 22º

Legislação e Regulamentação Subsidiária

Sem prejuízo dos princípios gerais de direito e da demais legislação vigente, são aplicáveis subsidiariamente ao presente Regulamento, o Código de Procedimento Administrativo, aprovado em anexo pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.

Artigo 23º

Entrada em vigor

O Regulamento entra em vigor no dia 1 de abril de 2018 e vigorará no Mandato 2017-2021, podendo as candidaturas abranger despesas efetuadas a partir de 01 de janeiro de 2018, desde que enquadráveis nos critérios definidos.

ALBER
GARIA
·A·VE
LHA